

O LUGAR E A MISSÃO DOS LEIGOS NA IGREJA DE HOJE

PINHO, José Eduardo Borges de, *O lugar e a missão dos leigos na Igreja de hoje*

in «A Acção Católica do presente e do futuro»

Intervenções de D. António Ribeiro, D. José Policarpo, António de Sousa Franco e José Borges de Pinho

Lisboa 1985, 27-47

1. Introdução

Esta reflexão sobre o lugar e a missão dos leigos na Igreja de hoje tem duas partes. Primeiro, procurarei esboçar algumas linhas de força de uma teologia do laicado. Depois, tentarei apontar alguns desafios que se colocam à existência cristã e que me parecem particularmente relevantes para a missão dos leigos na Igreja e no mundo. Antes, porém, torna-se necessário uma observação prévia fundamental.

De facto, ao abordar hoje o lugar e a missão dos leigos na vida da Igreja, tenho consciência de que só o posso fazer sob a marca de uma certa provisoriedade. E, para mim, reconhecer isto — como princípio de descoberta e de interpretação — constitui um dos pressupostos basilares para uma correta abordagem da situação, seus problemas e suas esperanças. Duas simples considerações tornam isto bastante claro.

Por um lado, é sabido que o lugar do laicado não é separável da questão dos modelos de Igreja, isto é, das formas concretas como a Igreja se entende e realiza em cada época e situação. As diferenças que a história da Igreja nos mostra entre o primeiro e o segundo milénio ou, para sermos mais atuais, as diversidades de consciência e de práxis que se observam entre uma Igreja que está num país europeu ocidental e a Igreja que está em Moçambique tornam transparente como é real o condicionamento que brota da inserção da Igreja no histórico concreto e como são limitados o tempo e o espaço das nossas experiências. Não há dúvida, pois, que a consciência que temos dos problemas, as respostas de ação que vamos encontrando, as perspectivas de futuro que conseguimos apontar são condicionadas pelo modelo ou modelos de Igreja que vamos concretizando. E este dado assume tanto maior relevância quanto são evidentes os sinais de estarmos numa fase de transição (também quanto a modelos de Igreja!) e quanto se sabe que o decisivo passa pela práxis que se tem, não pelas simples mudanças de linguagem que se possam operar. Não admitirmos aqui a marca do provisório seria absolutizarmos as nossas realizações atuais, ignorando os impasses de ordem teológica e prática que existem e impedindo os desenvolvimentos necessários.

A esta primeira consideração acrescento uma outra, ainda mais elementar. E óbvio que falar dos leigos não é outra coisa senão falar da vida da Igreja na sua existência real e multifacetada como comunidade crente. E o viver da Igreja, assentando embora em dados fundantes e instituídos uma vez para sempre, é, todavia também, realidade que continuamente se faz e sempre de novo acontece na força do Espírito. A iniciativa salvadora de Deus de que nasce a Igreja torna-se presente na vida de homens e mulheres crentes, que só podem ser fiéis a Jesus na força do seu Espírito e na dinâmica de uma contínua atualização e renovação face aos desafios de cada tempo. Dito de outro modo: à essência da Igreja pertence também a mudança, a novidade, o impulso criador, a descoberta cada vez mais profunda e atuante do Mistério de Deus manifestado em Jesus Cristo e presente hoje pelo seu Espírito. Não admitirmos que há aqui, pois, lugar para o provisório seria fecharmos o nosso coração aos impulsos renovadores e criadores que o poder de Deus suscita na sua Igreja.

Mas — e o que acabo de dizer terá sido já suficientemente explícito— esta consciência do provisório não significa qualquer relativismo. Pelo contrário: trata-se precisamente de afirmar e buscar a verdade nas circunstâncias que tecem o viver humano e crente. À existência crente pertence, de facto, a permanente tensão entre um definitivo que nos vem de Deus e um provisório que afeta todas as nossas realizações, uma tensão que se traduz em exigência de radical fidelidade ao Espírito. Uma fidelidade que — à luz da história da salvação — só pode ser vivida por uma fé verdadeiramente incarnada na história, permanentemente capaz de arriscar o provisório. De resto, estará aqui um dos traços que devem sublinhar a presença e a riqueza laicais na Igreja.

2. Linhas de força de uma teologia do laicado

Uma teologia do laicado continua a ter hoje um ponto de referência fundamental no Concílio Vaticano II. Trata-se de algo que, por mais óbvio que seja, é necessário lembrar de vez em quando. Por um lado, basta recordar a última carta pastoral dos nossos bispos para se tomar consciência da distância que permanece entre a doutrina conciliar e a realidade. Por outro, não se pode ignorar a opinião dos que consideram ter o novo Código de Direito Canónico ficado aquém dos impulsos teológicos conciliares e dos desenvolvimentos feitos nalgumas Igrejas locais, precisamente neste domínio da presença e missão dos leigos — homens e mulheres — na Igreja¹.

¹ Cf. Richard Puza, *Der Laie im neuen Codex Iuris Canonici*, in: *Theologische Quartalschrift*, Jg. 164, Heft 2 (1984) 102.

Tendo em conta isto, tomar o Vaticano II como ponto de referência fundamental só pode significar, então, a tarefa de dinamizar as suas intenções e praticar o que falta cumprir. Mas tal só pode acontecer também na consciência dos seus limites e na necessidade de superar compromissos inevitáveis há vinte anos. Nesta dupla perspetiva, penso que na visão da Igreja como Povo de Deus, na consciência dos carismas, no modo de relacionamento com a secularidade e, sobretudo, na radicalidade da vocação cristã se encontram linhas de forças fundamentais para uma teologia do laicado.

2.1. A Igreja como Povo de Deus

É sabido que um dos aspetos inovadores da visão conciliar da Igreja — sem dúvida, pelo reassumir de dados e experiências basilares da história da salvação — foi a afirmação da realidade da Igreja como Povo de Deus. E não é exagero dizer que o Concílio operava uma «revolução» face a esquemas teóricos e práticos ainda em vigor ao colocar, na *Lumen Gentium*, a reflexão sobre o Povo de Deus antes de qualquer referência às diferentes tarefas e funções na Igreja². Ainda hoje, e apesar de a imagem e expressão «Povo de Deus» se ter tornado um lugar-comum na nossa linguagem eclesial, continua a ser tarefa ingente responder aos desafios que esta visão da Igreja contém.

De facto, reconhecer que a Igreja é, primeiro que tudo, Povo de Deus significa que ela é vista, radical e basilarmente, como comunidade, uma comunidade de pessoas constituída não apenas nem sobretudo pela vontade humana, mas decisivamente pela convocação do único Deus em Jesus Cristo e no seu Espírito. Essa convocação — pessoal e comunitária, numa solidariedade de destino que radica em Deus — gera comunhão fraterna na mesma fé, na mesma esperança e no mesmo amor, ela representa um dom e uma vocação comuns a todos os crentes. A Igreja é, então, e não obstante todas as diferentes funções, serviços e ministérios que tem e de que carece, uma igualdade fundamental de pessoas que, pelo batismo, são chamadas a participar no ministério profético, sacerdotal e diaconal de Jesus Cristo, isto é, são chamadas ao seguimento de Jesus como expressão definitiva do amor salvador de Deus para com os homens e o mundo. Povo de Deus em marcha a caminho da plenitude do Reino, a Igreja não está, pois, separada do mundo ou face a ele, ela entende-se como uma comunidade que vive inserida no mundo e para o serviço do mundo, sendo sinal de um diálogo e de um amor que continua a manifestar-se na história. A missão da Igreja de ser esse sinal nos dinamismos e nas convulsões da história diz assim respeito a toda a comunidade e a cada um dos crentes, é responsabilidade a que ninguém pode eximir-se ou da qual

² Cf. Aleksander Rajsp, «Priester» und «Laien». Ein neues Verstandnis, Diisseldorf 1982, 99 s.

possa ser excluído, é tarefa partilhada em «irresponsabilidade por todo um povo que, por dom de Deus, se sabe comprometido no anúncio do Evangelho, experimentado como sentido de vida para si e para os outros homens.

Tudo isto é sabido. Mas a criteriologia que daqui resulta — e isto sem ignorar que a imagem «Povo de Deus» não esgota a eclesiologia nem é imune a abusos ou deformações — está ainda longe de ser verdadeiramente assumida por todos os cristãos. De facto, numa Igreja concebida e realizada como verdadeiro Povo de Deus, a unidade está antes da distinção, o comunitário ocupa o lugar primordial na hierarquia dos valores, a Igreja só pode ser concebida corretamente tendo em conta o princípio da totalidade. Então, entende-se que é a única Igreja que na sua totalidade acolhe a Palavra de Deus, confessa e testemunha a sua fé, celebra os dons de Deus, procura servir os homens e o mundo. A esta luz, dicotomias tradicionais — Hierarquia/leigos, Igreja docente/Igreja discente, cristãos na Igreja/cristãos no mundo — têm de ser interrogadas quanto à sua justificação, revistas nas deformações a que deram origem, purificadas para que se salvem os valores que pretendiam afirmar. A partir daqui também se torna claro a contradição que constitui a realidade das nossas paróquias, onde não se experimenta suficientemente que o povo crente seja sujeito da sua fé — pelo fomento da maturidade cristã, pelo sentido da corresponsabilidade, pela partilha de decisões, pelo desenvolvimento de dinamismos comunitários. Da problemática subjacente a esta contradição mostravam-se conscientes os nossos bispos quando na «Nota pastoral sobre a Acção Católica e outras formas organizadas de apostolado laical» escreviam: «A descoberta da vocação e do papel específico dos leigos está relacionada com a necessidade de uma catequese permanente, de uma sólida formação espiritual e do seu empenhamento apostólico. Mas o que mais ajudará os leigos a tomar consciência da sua missão própria será uma pastoral concebida como ação de todos os membros da Igreja»³.

2.2. Diversidade de carismas, serviços e ministérios

Que todo o povo crente seja sujeito da sua fé, que todo ele seja portador da realidade e da missão da Igreja, que cada membro tenha um papel a desempenhar nos serviços que constituem a comunidade como sinal de Deus no mundo, enfim que na Igreja não possa haver membros passivos, tudo isso assenta na realidade carismática que é o dom da fé e a vivência comunitária da Igreja. A iniciativa salvadora de Deus em Jesus Cristo concretiza-se como presença atuante do Espírito na comunidade e em cada crente, como graça que se diversifica — no acolhimento e pela resposta pessoal em cada situação — em dons e

³ N.º 2.

serviços necessários à construção da comunidade e ao cumprimento da sua missão no mundo. Cada cristão é capacitado para as suas tarefas pelos dons do Espírito, ele recebe o seu próprio carisma⁴, o que não acontece à margem das suas capacidades naturais, das suas circunstâncias de vida, das necessidades da comunidade e das carências do mundo. Os dons do Espírito que possibilitam a existência cristã e a dinamizam ao serviço do Reino de Deus são concedidos, pois, tanto em ordem ao crescimento da comunidade como em ordem às tarefas de serviço e de construção do mundo, sendo certo que a dinâmica do diálogo de Deus com os homens não para na Igreja, mas tem em vista o mundo. Assim, o Povo de Deus emerge como uma comunidade de pessoas cuja igualdade fundamental e responsabilidade comum são potenciadas e estruturadas em diversos serviços e funções, numa complementaridade indispensável ao cumprimento da sua missão. A partir desta estrutura carismática fundamental a Igreja aparece como uma comunidade permanentemente construída e suscitada pelo Espírito tanto na comunhão de todos os seus membros como nas diversas articulações que constituem o seu viver.

Ao Concílio Vaticano II cabe também o mérito de ter entrevisto o dinamismo comunitário e de ação responsável que brota dos dons do Espírito⁵. Mas só na reflexão teológica pós-conciliar tem vindo a ganhar perfil intensivo e extensivo o que representa e as correções que exige uma visão pneumatológica da Igreja, isto é, uma visão de Igreja sensível à verdade fundamental de que o Senhor se torna presente hoje pelo seu Espírito, que age através de mediações, mas que não se prende nem se esgota nas mediações. Uma visão de Igreja ainda que leva a uma práxis fomentadora do reconhecimento dos diversos dons do Espírito e do papel que cada um é chamado a desempenhar na Igreja e no mundo.

As conseqüências que daqui decorrem — em termos de pensamento e de prática — são profundas e amplas. A categoria de «serviço» — na linha de Jesus Cristo — atravessa toda a Igreja, o sentido da existência individual, o exercício dos ministérios, a razão de ser das estruturas. Os diversos serviços e ministérios traduzem modos específicos de viver a existência cristã — correspondendo a diversos dons do Espírito e a necessidades da comunidade — e distinguem-se pela sua funcionalidade, sem constituírem classes qualitativa ou essencialmente diferentes de cristãos. O apostolado — individual e na sua forma comunitária organizada — brota do âmago da experiência crente como exigência natural de fidelidade a um dom recebido e sente-se impulsionado pela ação do Espírito que nos capacita para a liberdade dos filhos de Deus. A Igreja no seu conjunto sabe-se suportada pela riqueza plural dos diversos serviços e

⁴ Cf. i Cor. 7,7; 12,7; 1 Ped 4,10; Act 2,17.

⁵ Cf., por exemplo, LG 12, AA 1, 3 e 33.

ministérios, uma consciência donde deve brotar, naturalmente também, o desenvolvimento de ministérios laicais. O «sentido da fé» dos crentes — dom do Espírito que capacita para a percepção autêntica e o testemunho fiel da verdade da fé — adquire a sua importância nuclear no viver da Igreja, enquanto elemento imprescindível para a possibilidade de uma transmissão integral e verdadeiramente profética do Evangelho no mundo. Nesta visão, enfim, a riqueza carismática da presença e da ação laicais no mundo revela-se essencial não apenas para o testemunho da Igreja, mas também para a própria forma como ela se entende e se realiza em cada tempo e lugar.

2.3. Existência laical e secularidade

A reflexão pré-conciliar sobre o lugar dos leigos na Igreja conduziu progressivamente a ver na existência laical uma relação própria com o mundo secular. Assumindo esta linha de reflexão, que indiscutivelmente contribuiu para uma nova consciência dos leigos na Igreja, o Concílio afirma que «é própria e peculiar dos leigos a característica secular», para logo de seguida, numa formulação teologicamente mais amadurecida e precisa, acentuar: «Por vocação própria, compete aos leigos procurar o Reino de Deus tratando das realidades temporais e ordenando-as segundo Deus»⁶.

A reflexão teológica pós-conciliar trouxe à luz do dia algumas insuficiências e ambiguidades que poderiam estar implicadas ou introduzir-se neste modo de tentar descrever o lugar e o papel próprios dos leigos. Por um lado, chamou-se a atenção para o risco de uma divisão dualista que separasse «profano» e «sagrado», «Igreja» e «Mundo», como se todos os membros do Povo de Deus não vivessem neste mundo e não tivessem de realizar a sua vocação em referência a ele. Por outro lado, tomou-se consciência — mormente através da «Teologia Política» e da «Teologia da Libertação» — de que a Igreja não pode pretender ser neutra perante a realidade social e política em que se insere, pelo que — não obstante a diversidade de tarefas e de funções — se torna necessário acentuar também a responsabilidade social e política que cabe a toda a comunidade crente. Acresce ainda que a atribuição de uma relação própria do leigo com o mundo secular se traduziu frequentemente numa separação de tarefas que dividia a Igreja em centro (anúncio do Evangelho, tarefa da Hierarquia) e periferia (testemunho no mundo, tarefa dos leigos), como se o cristão leigo ficasse excluído das formas de anúncio da Palavra na Igreja, como se não lhe dissessem respeito todos os aspetos da missão, como se o serviço do ministério ordenado ou o carisma da vida religiosa não tivessem também relevância para a construção do mundo secular.

⁶ 6 LG 31.

A consciência desta problemática obriga-nos a não ser demasiado simplistas na tentativa de encontrar um lugar próprio para o leigo. E torna-nos mais cautelosos contra tudo quanto — neste âmbito — possa levar a falsas alternativas ou a conceções que, na prática, significam um menor reconhecimento do lugar dos leigos na Igreja. Assim, por exemplo, é indispensável rever o modo como se tende a distinguir entre o que um cristão ou grupos de cristãos fazem em nome próprio ou em nome da Igreja, caminhando para uma maior valorização eclesial do compromisso cristão. Do mesmo modo, será de analisar a relevância efetiva que se dá ou não à experiência laical na elaboração do pensamento eclesial sobre as realidades terrestres.

Mas, tidas em conta estas observações, é de reter a linha apontada pelo Concílio como descrição válida do modo mais habitual de os leigos realizarem a sua vocação e, sobretudo, como afirmação da dimensão laical que faz necessariamente parte do ser e do agir da Igreja. Inseridos nas diversas formas da atividade humana, empenhados diretamente na construção do mundo, os leigos são chamados a viver as tarefas e situações deste mundo à luz dos critérios evangélicos e a fazer com que estas tarefas e situações sejam cada vez mais marcadas pelo Evangelho e assim mais capazes de servir o homem e realizar o humano. O leigo é um cristão na Igreja e no mundo particularmente (mas não exclusivamente) vocacionado, pelos dons do Espírito, para realizar a missão da Igreja — o anúncio do Reino — na diversidade imensa das circunstâncias do viver humano. Ele é chamado a ser testemunha mais direta e instrumento mais apto ao serviço da humanização deste mundo a partir e na perspectiva da salvação oferecida por Deus. Ele é assim particularmente chamado a sinalizar que as mediações terrenas são indispensáveis para a plenitude do Reino de Deus e que a existência cristã ao serviço do Reino tem de assumir o risco e o valor do provisório que afeta necessariamente o viver humano na história⁷.

Claro que não se trata de afirmar aqui qualquer «exclusivo» dos leigos. Toda a Igreja — na pluralidade dos seus carismas — é chamada a contribuir para a transformação das realidades terrestres, de modo a que elas realizem o seu fim à luz de Deus e a favor do homem. E a dimensão e o dinamismo laicais da Igreja — como elemento integrante da natureza e da missão da Igreja — podem às vezes transparecer mais claramente na vida de um ministro ordenado. Trata-se, sim, de reconhecer e valorar que a situação dos leigos, enquanto pessoas diretamente inseridas no meio das tarefas seculares, os torna — por princípio — mais capazes para testemunharem os valores do Reino no meio do mundo e transformarem assim esse mundo a partir de dentro. Essa é a sua vocação, em correspondência aos carismas recebidos, com tudo o

⁷ Cf. Max Keller, *Theologie des Laintums*, in: *Mysterium Salutis* IV 2, 419 e 403.

que essa vocação exige de sensibilidade histórica, de risco do provisório, de intuição dos valores humanos, de testemunho profético.

Daqui ressalta, mais uma vez, como é vital para a missão da Igreja a existência de cristãos bem inseridos nas tarefas do mundo, que entendam e pratiquem a sua pertença integral e ativa na comunidade crente como vida simples e empenhada nas circunstâncias vulgares desse mesmo mundo. Mas de novo se vê também como isso só é possível a partir de uma Igreja que se entende toda ela como missionária (ao serviço do mundo), a partir de uma consciência crente que se sente responsável por todos os aspetos da missão e que procura ser fiel aos dons e exigências contidos na vocação cristã.

2.4. A radicalidade da vocação cristã

O leigo na Igreja e no mundo é primeiramente e sempre um cristão, alguém que foi e é chamado a ser discípulo de Jesus, a segui-Lo na força do seu Espírito nas diversas situações da vida. Uma afirmação elementar, ingénua demais até, e, todavia, está aqui tudo o que é decisivo para definir o que é o leigo na Igreja. Sem a consideração permanente desta verdade simples, nós corremos o risco de olhar unilateralmente para os diversos dons, modos de agir e ministérios e esquecer que há um só Espírito, um só Senhor e um só Deus, que chama cada um à perfeição, à maturidade cristã no amor de Deus e do próximo⁸. E sem esta realidade de base —temos de reconhecê-lo — soa a falso falar-se de povo de Deus, de carismas, de dimensão laical da existência.

Também quanto à radicalidade da vocação cristã temos no Concílio um ponto de referência iniludível. No capítulo V da *Lumen Gentium* — depois da reflexão sobre os leigos e antes do capítulo sobre a vida religiosa — o Concílio fala da vocação de todos à santidade. «E, pois, claro a todos — lê-se no n.º 40 — que os cristãos de qualquer estado ou ordem, são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade». Há certamente diversidade de caminhos e de formas, para todos os cristãos vale, porém, o convite ao acolhimento do Reino de Deus, acolhimento que, sinalizado na novidade batismal, constitui a tarefa de toda uma vida em resposta aos dons de Deus.

Tomar consciência sempre renovada deste dado simples é apontar para o fundamento de qualquer teologia do laicado. O leigo não é, nem nunca pode ser um cristão «menor», dispensado de ouvir os apelos

⁸ Cf. Hans Urs von Balthasar, *Gibt es Laien in der Kirche?*, in: Internationale Katholische Zeitschrift *Communio*, Jg. 8, Heft 2 (1979) 98.

e as exigências do Evangelho, alguém que possa alhear-se da novidade e radicalidade que o Reino de Deus implica. Os critérios do Reino valem também para as circunstâncias difíceis ou mais fáceis do seu viver, o espírito das bem-aventuranças terá de ser o ponto de referência que julga os padrões do seu agir. Empenhado no mundo e suas atividades, ele nem por isso fica dispensado de dimensionar toda a vida à luz da «reserva escatológica» do Reino. No seu quotidiano, a marca cristã de uma existência sob a cruz tem de estar presente, desta ou daquela forma, já que essa é a condição do autêntico discípulo, que o leigo é também chamado a ser.

Neste ponto nevrálgico — o de uma renovada consciência da novidade e radicalidade cristãs — está o futuro dos leigos na Igreja e no mundo. Porque o decisivo assenta nesta fidelidade vivida até ao fim — a santidade — como transparência de Deus para a vida do homem e seu sentido. E se aos leigos caberá aqui algo de específico, isso será quando muito a tarefa de sinalizar novas e inesperadas formas de santidade, ou seja, a tarefa de dizer como o amor de Deus e do próximo se pode traduzir sempre de novo em vida com sentido em todas e quaisquer circunstâncias.

3. Missão dos leigos hoje

Apresentadas estas linhas de força de uma teologia do laicado e tendo posto em relevo que tudo assenta na vocação cristã e sua radicalidade, vou agora sublinhar, apenas em tópicos, um ou outro aspeto que poderá ser determinante para a fidelidade a esta vocação na Igreja e no mundo de hoje. Trata-se de desafios, exigências e apelos que dizem respeito a todos os membros da Igreja, mas aos quais certamente os leigos terão de dar uma resposta própria e absolutamente indispensável, a partir da riqueza da sua situação e dos seus carismas.

3.1. *A credibilidade do Evangelho*

As circunstâncias em que vivemos nesta parcela do espaço ocidental são também, e não obstante alguns sinais em contrário, as de uma crescente secularização. Não importa aqui analisar as diversas causas deste processo, as indicações e exigências positivas que contém, as ambiguidades e riscos que engloba, a ameaça ao humano que representa a pretensão ideológica de conceber o homem e construir o mundo fechados em dimensões puramente seculares. Interessa-me apenas sublinhar um facto, em si óbvio, mas nem sempre devidamente tido em conta pela consciência cristã: no nosso mundo, o anúncio do Evangelho

(pela palavra e pela ação) está sujeito a outros pressupostos, e um deles é a exigência elementar de que esse anúncio ocorra sob a marca da credibilidade.

Nesta perspectiva, é claro que o decisivo passa pela coerência de vida dos cristãos. O que está em causa é a capacidade de os cristãos deixarem transparecer no seu quotidiano aparentemente irrelevante o que significa viver segundo critérios do Evangelho e a qualidade humana que daí decorre. A transformação do mundo sob a proposta do Evangelho cada vez está mais dependente de existências crentes anónimas que testemunhem no seu próprio viver a validade humana dessa mesma proposta.

Daqui — desta exigência de credibilidade pela coerência de vida — emerge a pergunta basilar pela força de sinal do Evangelho que têm ou não as nossas vidas, as nossas instituições, a nossa presença de Igreja nesta sociedade. E isto representa concretamente a imperiosa necessidade de os crentes, em processo de auto-crítica e de conversão, interrogarem os parâmetros em que a sua existência se move. Assim, por exemplo, ganha uma acuidade decisiva verificar se os cristãos se distinguem ou não pela sensibilidade a valores humanos fundamentais como, por exemplo, a honestidade, o amor à verdade, o respeito pelo outro, o sentido de justiça, a solidariedade, a fidelidade à palavra dada. E na mesma ordem de ideias, mas numa forma ainda mais profunda, torna-se indispensável que os cristãos analisem se os critérios que norteiam o seu viver são realmente marcados pela novidade do Evangelho ou se, antes e apenas, se limitam a reproduzir os critérios vigentes na sociedade.

Dito isto, creio ser visível como, neste âmbito, cabem aos cristãos leigos um conjunto de tarefas. A tarefa de examinarem o seu próprio testemunho de vida, de estarem particularmente sensíveis à exigência de credibilidade, de traduzirem esta exigência em termos de renovação eclesial, a tarefa, sobretudo, de serem — por graça de Deus — corajosamente fiéis aos riscos da coerência de vida.

3.2. O testemunho cristão face ao «silêncio» de Deus

A experiência crente é acompanhada hoje frequentemente, ou até cada vez mais, pela sensação de que Deus está ausente do nosso mundo. Também aqui há consequências do processo moderno de secularização. Mas trata-se de uma experiência constitutiva do viver crente neste mundo, uma experiência que pode emergir de forma mais aguda em determinadas épocas ou circunstâncias e que se manifesta em toda a sua acutilância quando o crente toma consciência do concreto histórico em que se insere. Onde está Deus — pode ser a pergunta que formula esta experiência — quando milhões de pessoas continuam a

morrer de fome ou a viver em condições infra-humanas, quando pessoas e povos não veem caminhos de esperança para a sua concreta situação, quando a injustiça parece triunfar sobre a justiça, quando o mal parece ser mais forte que o bem, quando até as nossas realizações cristãs e instituições católicas são marcadas por enormes contradições, quando — enfim— se torna difícil descortinar sentido de vida no quotidiano amorfo e sempre igual?

Que um cristão se deixe hoje penetrar por este questionamento da sua fé é importante para a qualidade e autenticidade do seu testemunho. Ele sentir-se-á mais capaz de ser solidário com todos quantos têm dificuldade em encontrar Deus e descobrir nele o sentido para a vida. Estará mais atento ao risco de construir um Deus à sua imagem e semelhança e abrir-se-á ao Mistério profundo que suporta a sua existência. Será mais sensível à gratuidade do dom que recebeu e aperceber-se-á como isso representa dever e responsabilidade.

E em atitude profundamente crente, simultaneamente contemplativa e ativa⁹, tomará consciência de que esse «silêncio» de Deus só pode ser quebrado no compromisso de uma vida que vai fazendo o que está nas suas mãos para eliminar as contradições que o quotidiano apresenta à realidade de Deus.

O testemunho cristão descobre-se assim como alheio a qualquer espécie de «triumfalismo» e como tendo a sua força na «debilidade messiânica» (J. B. Metz) que caracteriza a realidade do Reino anunciada e vivida por Jesus. Os cristãos hão de experimentar muitas vezes esta debilidade, se forem fiéis às exigências do Evangelho. E um testemunho laical amadurecido nesta experiência será certamente determinante para o modo como a Igreja no seu conjunto realiza a sua tarefa missionária.

3.3. A dimensão missionária da Igreja

A mais profunda convicção crente sabe que a fé é dom a ser comunicado. Em termos de comunidade no seu conjunto, isto significa que a Igreja não existe para si mesma, mas para o mundo. Esta razão de ser fundamental da Igreja nunca foi nem podia ser esquecida, mas há fases em que a consciência cristã se torna menos sensível aos problemas dos homens e ao lugar prioritário da tarefa missionária para se concentrar mais em problemas (bem relativos!) de ordem interna.

⁹ Cf., a propósito, Johannes Baptist Metz, *La fe, en la historia y en la sociedade*, Madrid 1979, 66-70 (particularmente a nota 12) e 77 s.

Hoje — face à ambiência hostil que frequentemente se respira, às dificuldades várias do testemunho cristão, à tarefa exigente de respostas adequadas em criatividade pastoral — existe o risco de a Igreja tender a satisfazer-se mais consigo mesma, as suas instituições, a sua segurança externa e o seu equilíbrio interno. Para os leigos, a tentação pode ser a de se fecharem mais no espaço eclesial, na busca de um conforto que não encontram na profissão, no sindicato, na política. Ninguém duvida que um desenvolvimento consequente neste sentido seria trágico: aos leigos não daria certamente condições para uma maturidade da fé de acordo com a sua situação; à Igreja faria perder dinamismos essenciais da sua missão.

Torna-se, pois, indispensável renovar a dimensão missionária da consciência cristã e da realidade eclesial. E isso traduz-se nalguns critérios e modos de agir. Assim, o critério-base da qualidade cristã terá de ser a transparência de anúncio evangélico, a riqueza profética que brota do testemunho nas circunstâncias concretas em que o crente é chamado a viver. Os movimentos laicais terão de interrogar-se sobre a dimensão missionária dos seus objetivos imediatos e terão de examinar em que medida se estruturam e funcionam em termos de impulso missionário. Nesta mesma linha, a responsabilidade laical dentro da comunidade cristã expressar-se-á, nomeadamente, como chamada de atenção para a dimensão praxica da fé, como questionamento de prioridades pastorais estabelecidas, como consciência viva do serviço e da abertura aos homens que têm de caracterizar a comunidade cristã.

3.4. A humanização que brota do Evangelho

Um aspeto fundamental da dimensão missionária da Igreja é, sem dúvida, o traduzir — como interpelação e sobretudo como prática— que o Evangelho é proposta de um caminho de humanização, possibilidade de progressiva maturação humana enquanto realização pessoal e esperança coletiva. Inseridos no mundo com todos os seus desafios e ambiguidades, os cristãos leigos têm um papel imprescindível no tornar plausível esta afirmação da fé.

Neste ponto — que é, aliás, todo um programa de vida cristã— a denúncia profética das violações do humano e das estruturas que impossibilitam caminhos de dignidade humana continua a ser tarefa fundamental, que cabe certamente a toda a comunidade cristã, mas que diz respeito também — e às vezes primordialmente — àqueles que vivem de perto as situações e as conhecem melhor. E nunca é demais lembrar que essa coragem profética — por vezes selada com o martírio — é frequentemente o único sinal levantado que permanece no meio dos equívocos, conformismos e cobardias da situação histórica concreta.

Mas é também cada vez mais claro que não basta denunciar. E preciso também apresentar propostas de construção positiva, de resposta concreta e de inovação prática, que mostrem como é possível realizar a justiça, fazer crescer a liberdade, desenvolver a solidariedade.

Para ser claro: onde estão o empresário, o trabalhador, o sindicalista, o político, o professor cristãos que, na sua própria esfera de ação, traduzam em modelos alternativos, coerentes e práticos modos mais humanos de viver a partir do Evangelho? Certamente que eles existem, e em número muito maior do que somos capazes de reconhecer. Mas a pergunta não é retórica. É pergunta que tem de fazer parte da estrutura crente de cada um de nós e que é um desafio permanente ao conjunto da comunidade cristã.

De resto, gostaria de sublinhar ainda dois aspetos em ligação com este dinamismo de humanização que brota do Evangelho. O primeiro é que esta afirmação cristã permaneceria abstrata e ineficaz, se não se traduzisse, de facto, numa opção preferencial pelos marginalizados e mais pobres. E inequívoca a indicação evangélica nesse sentido, e a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé teve o cuidado de lembrar que a sua recente tomada de posição sobre a Teologia da Libertação «de modo nenhum deve ser interpretada como uma desautorização de todos aqueles que querem responder generosamente e com autêntico espírito evangélico à «'opção preferencial pelos pobres'»¹⁰. O segundo aspeto a observar é que me parece ser cada vez mais imprescindível, dentro deste testemunho de humanização, a afirmação humana e crente de que é preciso e vale a pena ter esperança, de que é possível superar atavismos e apatias, de que não podemos parar perante poderes absolutos como a corrupção, o consumismo, a ordem económica estabelecida, o salve-se quem puder, a descrença nas próprias possibilidades de melhoria. Mas é claro também que esta afirmação de esperança tem de se cimentar na realidade nova que brota da experiência cristã.

3.5. Uma maior corresponsabilidade eclesial

Entre os desafios prioritários que se colocam hoje aos cristãos leigos vejo ainda a tarefa de uma maior corresponsabilidade eclesial. Sem pretender fomentar qualquer tipo de egocentrismo eclesial, creio ser evidente que ainda estamos muito longe de poder dizer que os crentes são verdadeiramente sujeitos da sua fé (e não preferencialmente objetos de uma ação pastoral) e suportes ativos da realidade eclesial (e

¹⁰ Instrução sobre alguns aspetos da «Teologia da Libertação», Introdução.

não membros passivos ou indiferentes de uma Igreja que não vivem como sua). E quanto a isto — suponho — não haverá grandes divergências, desde que se tenha em conta que a comunidade crente deve estar, por princípio, aberta a todos (ela nunca pode ser uma seita de puros!) e que a radicalidade do Evangelho é capaz de tolerância, não equivale a rigorismo.

Os problemas poderão surgir quanto aos caminhos que devem ser seguidos. Aí — é preciso reconhecê-lo abertamente — há toda uma linguagem idealista e pouco crítica de «comunhão» que não atende suficientemente às consequências do passado, às mentalidades que maioritariamente ainda vigoram e às mudanças estruturais que se têm de operar. Para dar um exemplo muito simples: pouco adianta substituímos a palavra «leigo» pela de «cristão», enquanto não tivermos a coragem de rever até ao fim as mentalidades e estruturas que condicionam a atual realidade do leigo em geral e da mulher-leiga em particular.

Quanto aos caminhos a seguir, julgo que serão múltiplos. Passarão, certamente, por uma maior escuta das razões da indiferença e passividade que muitos cristãos denotam, razões que poderão conter uma crítica velada à forma como a comunidade cristã se organiza, estrutura o poder, toma decisões, valoriza ou não as interrogações que brotam dos simples fiéis. Passará também — e como tarefa central— por uma sempre renovada formação dos crentes, uma formação que terá de seguir cada vez mais uma metodologia fomentadora do sentido da própria responsabilidade, da capacidade crítica face aos acontecimentos, da maturidade para decisões em consciência, da necessidade de uma permanente revisão de vida. E esse caminho passará ainda por uma revisão de critérios na valoração do leigo e do contributo laical na Igreja. Novas formas de clericalismo — às vezes tão do gosto dos próprios leigos! — terão de acabar. E, então, o perfil do «leigo ideal» — se assim me posso exprimir — não se traçará mais preferencialmente a partir do leigo que é teólogo ou ministro extraordinário da comunhão, mas a partir daquele homem ou daquela mulher que vive a sua fé em situações-fronteira e aí deixa transparecer a realidade viva de Deus como significativa para os homens. Esta experiência não é marginal, é vital para a realidade e a missão da Igreja. Depende de nós — comunidade crente— dar-lhe o devido valor.

3.6. O fomento de formas comunitárias de vida e de ação

Para concluir, quero ainda sublinhar o desafio que constitui o fomento de formas comunitárias de vida e de ação.

Neste sentido falam, desde sempre, a dimensão comunitária da existência cristã e a contradição que representam tendências de um individualismo exacerbado e, no fundo, irresponsável. Nesse sentido fala também a experiência que torna visíveis as muitas razões que justificam o apostolado laical organizado. Basta pensar na dimensão social do homem, na importância do apoio e diálogo na fé, na urgência de uma formação adequada dos crentes, na necessária eficácia do testemunho, na capacidade de intervir nas estruturas e ambientes, enfim, nos sinais de comunhão e unidade que devem transparecer do testemunho cristão.

A tudo isto acresce um dado de que hoje vamos tendo maior consciência. Refiro-me ao facto de que formas tradicionais e basilares de socialização na fé, continuando embora a ser indispensáveis, se mostram, todavia, cada vez mais insuficientes para assegurar caminhos de maturidade cristã e de transmissão da fé. Isto é, a relevância atual do Cristianismo e a possibilidade da sua transmissão às gerações futuras dependerão decisivamente de que se encontrem formas comunitárias de vida e de ação que superem a pequenez da família e a inadequação da grande paróquia¹¹. Essas formas intermédias, necessariamente plurais dentro da unidade da mesma fé, aparecem como condição de uma experiência irreversível, como lugar onde se conta e partilha a própria história de fé, como possibilidade de uma permanente revisão de vida, como impulso à ação missionária nas diversas situações da vida, como realização plurifacetada do testemunho cristão segundo as exigências concretas e a própria vocação.

Dentro desta ordem de ideias, são para mim evidentes duas coisas: a importância renovada que adquirem as formas organizadas de apostolado laical e a necessidade de dar espaço à criatividade e à liberdade cristãs. A pluralidade que daqui resultar será certamente benéfica para a riqueza do testemunho cristão. Isto sob a condição de que não se busquem novos pretextos para desenvolver mentalidades ou organizações de tipo sectário e desde que não se perca de vista a identidade fundamental da fé, na adesão a Jesus e na fidelidade ao seu Espírito.

Conclusão

Nesta festa de aniversário da Acção Católica pode ter ficado a impressão de que me esqueci do aniversariante. Pretendi, no entanto, dizer apenas duas coisas simples, mas que me parecem basilares para o lugar e a missão dos leigos: tudo depende da realidade eclesial que vivemos e ajudamos a construir; tudo

¹¹ Cf. Norbert Mette, Tareas de la comunidad Cristiana en la formación religiosa, in: Concilium 194 (1984) 112 ss.



cna.pt
CONFERÊNCIA
NACIONAL
D
APOSTOLADO
DOS
LEIGOS

depende também da fidelidade à vocação cristã como exigência de radicalidade evangélica e de profundo sentido histórico. Por estes dois vetores passa certamente também o futuro da Acção Católica: um futuro que há de brotar da capacidade renovadora no presente e que há de estar — assim o espero — à altura do seu extraordinário passado.